



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica

Unidade curricular

Direito Constitucional

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

PEDRO FERNÁNDEZ SÁNCHEZ – 2 horas semanais

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Tema do Seminário: A dignidade da pessoa humana e a separação de poderes

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 consolidou no património da Humanidade a convicção de que não existe verdadeira Constituição onde não esteja, simultaneamente, assegurada a garantia dos direitos fundamentais e a separação de poderes. Está hoje estabilizado o pressuposto de que não pode ser reconhecido um Estado de Direito onde não se encontrar devidamente concebido e implementado um sistema de protecção da dignidade da pessoa humana e um sistema de separação de poderes.

No entanto, se ambos os pilares do Estado de Direito são indiscutíveis, uma das principais dificuldades do constitucionalismo contemporâneo consiste, precisamente, em saber como proceder à sua compatibilização e à sua protecção *simultânea*.

Por um lado, parece claro que algumas das técnicas mais eficazes para protecção imediata dos direitos fundamentais dependeriam da atribuição de poderes mais ambiciosos aos órgãos jurisdicionais; mas um eventual excesso no uso dessas técnicas – com um “aventureirismo” do legislador constituinte na judicialização do sistema constitucional – colocaria gravemente em perigo o equilíbrio do sistema de separação de poderes e a protecção da vontade de um legislador democrático.

Por outro lado, porém, a submissão do Direito vigente a uma vontade ilimitada das maiorias colocaria problemas não menos graves para o equilíbrio do sistema constitucional e, sobretudo, para a protecção do valor supremo da dignidade da pessoa humana. Esses problemas, como bem se sabe, não são o fruto de uma especulação teórica, antes resultando de trágicas lições históricas desde o século XX que ensinaram que a vontade da maioria, quando não sujeita a qualquer controlo por órgãos de natureza contra-maioritária, pode assumir uma natureza totalitária e acabar ofendendo a dignidade pessoal de modo tão intenso como resultaria de qualquer tirania unipessoal.

É, portanto, a necessidade de equilibrar estes dois pilares decisivos do Estado de Direito – dignidade da pessoa humana e separação de poderes – que representa o maior desafio do constitucionalismo contemporâneo.

Esta afirmação não envolve qualquer exagero: o amplo debate que se mantém entre correntes jusnaturalistas, positivas, neoconstitucionalistas – apenas para citar algumas das principais –, e que frequentemente leva os respectivos partidários a cair em soluções excessivas que privilegiam unicamente um daqueles dois pilares, ameaçando a protecção do pilar oposto, tem redundado em fenómenos muito perigosos de judicialização do sistema político, por um lado, ou de submissão cega à vontade das maiorias, do lado oposto. Isso confirma bem que a manutenção deste equilíbrio entre dignidade da pessoa humana e separação de poderes é muitíssimo sensível e merece a máxima atenção da Ciência do Direito.

Neste Seminário de Mestrado, propõe-se que os Alunos desenvolvam projectos de investigação, a culminar num Relatório Científico, que proponham contributos para a melhoria do sistema de protecção dos direitos fundamentais sem ofender o sistema constitucional de separação de poderes, assim promovendo o equilíbrio entre estes dois pilares centrais do sistema constitucional.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Conteúdos programáticos

(I)

Dignidade da pessoa humana

- 1.1. A dignidade da pessoa humana: origens históricas
- 1.2. A dignidade da pessoa humana: a densificação do conceito
- 1.3. A dignidade da pessoa humana como valor absoluto ou como princípio sujeito a ponderação
- 1.4. A dignidade da pessoa humana sujeita aos perigos da sua invocação abusiva e ao conseqüente esvaziamento do seu conteúdo normativo

(II)

Separação de poderes

- 2.1. A separação de poderes: a distinção fundamental entre uma doutrina teórica e um princípio normativo
- 2.2. A separação de poderes: origens históricas de variantes opostas com objectivos materiais contrários
- 2.3. O(s) conceito(s) actuais de separação de poderes

(III)

Desafios gerais

- 3.1. Os desafios actuais de conjugação entre a tutela da pessoa humana e o princípio da separação de poderes
- 3.2. Lições extraídas a partir das principais referências contemporâneas: os modelos britânico, norte-americano, francês, brasileiro e português
- 3.3. Modelos de protecção política e modelos de protecção jurisdicional da dignidade da pessoa humana
- 3.4. Crítica de algumas tendências actuais: em especial, as concepções processuais de democracia vs. o neoconstitucionalismo
- 3.5. A globalização do Direito Constitucional e a criação de um constitucionalismo multinível

(IV)

Desafios especiais

- 4.1. Desafios especiais: a leitura principiológica da Constituição
- 4.2. Desafios especiais: a tutela das facetas sociais da pessoa humana e o activismo judiciário
- 4.3. Desafios especiais: a racionalização das técnicas de controlo judicial das leis restritivas de direitos fundamentais
- 4.4. Desafios especiais: alguns tipos de sentenças criativas da jurisdição constitucional na tutela da dignidade da pessoa humana (em particular, sentenças interpretativas, aditivas, apelativas e manipulativas)

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos propostos permitem, antes do mais, confrontar os alunos com alguns dos principais desafios do constitucionalismo contemporâneo, estimulando o seu sentido crítico e desenvolvendo os seus conhecimentos acerca do conteúdo daqueles que constituem hoje os pilares fundamentais de um Estado de Direito.

Depois de conhecerem as principais tendências actuais de compatibilização entre a dignidade da pessoa humana e a separação de poderes – mas também de tomarem consciência dos perigos envolvidos em propostas radicais que pretendem promover isoladamente a protecção de um desses pilares sem levar em conta o impacto negativo imposto ao princípio oposto –, os Alunos estarão em condições de apresentar os seus próprios contributos para o desenvolvimento científico e para a melhoria da Ciência do Direito Constitucional.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

O Seminário terá uma natureza teórico-prática, dividindo-se em três fases que permitirão a avaliação dos Alunos:

- (i) Iniciar-se-á com aulas que serão maioritariamente utilizadas em exposições do Professor, para apresentação dos principais problemas jurídicos a abordar, mas sempre com uma abordagem interactiva que privilegiará as intervenções críticas dos Alunos;
- (ii) Numa segunda fase, os Alunos realizarão as suas exposições orais em que desenvolverão temas predefinidos, as quais servirão de base para os Relatórios Científicos a apresentar posteriormente;
- (iii) Após a conclusão das aulas, os Alunos apresentarão Relatórios Científicos em que culminarão a sua investigação.

Em resultado destas três fases, a avaliação será fixada nos seguintes termos:

- (i) Participação oral regular em avaliação contínua dos Alunos durante todo o Seminário: 25%
- (ii) Exposição oral: 25%
- (iii) Relatório escrito: 50%

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A natureza teórico-prática do Seminário e a estrutura interactiva das aulas permitirá estimular a capacidade crítica dos Alunos horizontes, alargar os da sua formação e melhorar a sua aprendizagem, dotando-os das ferramentas necessárias para a realização de um projecto autónomo de investigação que potencie o desenvolvimento da Ciência do Direito. Simultaneamente, o rigor na avaliação dos Alunos será assegurado por estar apoiado num número superior de elementos durante o ano lectivo, equilibrando a ponderação da sua participação oral e da sua participação escrita.

Bibliografia

- AAVV – *Legitimidade e Legitimação da Justiça Constitucional, Colóquio no 10.º Aniversário do Tribunal Constitucional*, ed. do Tribunal Constitucional Coimbra Editora, Coimbra, 1995
- ACKERMAN, BRUCE – *The Failure of the Founding Fathers – Jefferson, Marshall, and the Rise of Presidential Democracy*, Harvard University Press, Cambridge, 2005
- *We The People, 1 – Foundations*, Harvard University Press, Cambridge, 1991
- ALEXANDRINO, José de Melo – *Direitos Fundamentais: Introdução Geral*, 2.ª ed., Principia, Cascais, 2011
- *O Discurso dos Direitos*, Coimbra Editora, Coimbra, 2011
 - *A Estruturação do Sistema de Direitos, Liberdades e Garantias na Constituição Portuguesa*, 2 vols., Almedina, Coimbra, 2006
 - *Lições de Direito Constitucional*, 3.ª ed., 2 vols., AAFDL, Lisboa, 2019
- ALEX, Robert – “On Balancing and Subsumption. A Structural Comparison”, in *Ratio Juris*, 16, n.º 4, 2003
- “Zum Begriff des Rechtsprinzips”, in *Rechtstheorie*, 1, 1979
 - *Epílogo a la Teoría de los Derechos Fundamentales*, CEPC, Madrid, 2004
 - “La Fórmula del Peso”, in MIGUEL CARBONELL (org.), *El Principio de Proporcionalidad y la Interpretación Constitucional*, Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, Quito, 2008
 - *Theorie der Grundrechte*, 2.ª ed., Suhrkamp, Frankfurt am Main, 1994
- AMARAL, Diogo Freitas do – *História das Ideias Políticas*, I, Almedina, Coimbra, 1998
- ANDRADE, José Carlos Vieira de – O «Direito ao Mínimo de Existência Condigna» como Direito Fundamental a Prestações Estaduais Positivas – Uma Decisão Singular do Tribunal Constitucional (Anotação ao Acórdão n.º 509/2002)”, in *Jurisprudência Constitucional*, I, 2004
- *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, 6.ª ed., Almedina, Coimbra, 2019
- ÁVILA, Humberto – *Teoria dos Princípios: da Definição à Aplicação dos Princípios Jurídicos*, 20.ª ed., Malheiros, São Paulo, 2021
- BACHOF, Otto – *Normas Constitucionais Inconstitucionais?*, trad. de J. M. Cardoso da Costa, Almedina, Coimbra, 1994
- BARAK, Aharon – *Proportionality: Constitutional Rights and their Limitations*, CUP, Cambridge, 2012



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- BARROSO, Luís Roberto – “Neoconstitucionalismo e Constitucionalização do Direito: o Triunfo Tardio do Direito Constitucional no Brasil”, in *Boletim da Faculdade de Direito*, 81, 2005
- BERNAL PULIDO, Carlos – *El Principio de Proporcionalidad y los Derechos Fundamentales*, 3.ª ed., CEPC, Madrid, 2007
- BICKEL, Alexander – *The Least Dangerous Branch: The Supreme Court at the Bar of Politics*, 2.ª ed., YUP, New Haven, 1986
- BÖCKENFÖRDE, Ernst-Wolfgang – “Grundrechte als Grundsatznormen. Zur gegenwärtigen Lage der Grundrechtsdogmatik”, in *Der Staat*, 29, n.ºs 1-4, 1990
- “Die sozialen Grundrechte im Verfassungsgefüge”, in E.-W. BÖCKENFÖRDE / J. JEKEWITZ / T. RAMM (org.), *Soziale Grundrechte*, C. F. Müller, Heidelberg / Karlsruhe, 1981
 - *Staat, Verfassung, Demokratie: Studien zur Verfassungstheorie und zum Verfassungsrecht*, Suhrkamp, Frankfurt-am-Main, 1991
- BOMHOFF, Jacco – *Balancing Constitutional Rights: The Origins and Meanings of Postwar Legal Discourse*, CUP, Cambridge, 2013.
- BOROWSKI, Martin – *Grundrechte als Prinzipien. Die Unterscheidung von prima facie-Position und definitiver Position als fundamentaler Konstruktionsgrundsatz der Grundrechte*, Nomos, Baden-Baden, 1998
- “La Restricción de los Derechos Fundamentales”, in *Revista Española de Derecho Constitucional*, 59, 2000
- BRANCO, Paulo Gonet – *Juízo de Ponderação na Jurisdição Constitucional*, Saraiva, São Paulo, 2009
- BRANCO, Ricardo – *O Efeito Aditivo da Declaração de Inconstitucionalidade com Força Obrigatória Geral*, Coimbra Editora, Coimbra, 2009
- BRITO, Miguel Nogueira de – *A Constituição Constituinte: Ensaio sobre o Poder de Revisão da Constituição*, Coimbra Editora, Coimbra, 2000
- *Lições de Introdução à Teoria da Constituição*, 2.ª ed., AAFDL, Lisboa, 2017
- CALDEIRA, Marco – *Actos Políticos, Direitos Fundamentais e Constituição*, AAFDL, Lisboa, 2014
- CANAS, Vitalino – “Constituição *Prima Facie*: Igualdade, Proporcionalidade, Confiança (Aplicados ao «Corte» de Pensões)”, in *E-Pública*, vol. I, n.º 1, 2014
- *Introdução às Decisões de Provimento do Tribunal Constitucional*, 2.ª ed., AAFDL, Lisboa, 1994
 - *O Princípio da Proibição do Excesso na Conformação e no Controlo de Atos Legislativos*, Almedina, Coimbra, 2017
 - *Os Processos de Fiscalização da Constitucionalidade e da Legalidade pelo Tribunal Constitucional – Natureza e Princípios Estruturantes*, Coimbra Editora, Coimbra, 1986
- CANAS, Vitalino (coord.) – *Harmonização e Ponderação: Uma Perspectiva Comparada sobre Portugal e Brasil*, AAFDL, Lisboa, 2020
- CANOTILHO, J. J. Gomes – “Brançosos” e Interconstitucionalidade – *Itinerários dos Discursos sobre a Historicidade Constitucional*, Almedina, Coimbra, 2006
- *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7.ª ed., Almedina, Coimbra, 2003
 - *Estudos sobre Direitos Fundamentais*, 2.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2008
- CANOTILHO, J. J. Gomes / MOREIRA, Vital – *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 4.ª ed., 2 vols., Coimbra Editora, Coimbra, 2007-2010
- CAPPELLETTI, Mauro – *Il Controllo Giudiziario di Costituzionalità delle Leggi nel Diritto Comparato*, Giuffrè, Milano, 1968
- *Giudici Legislatori?*, Giuffrè, Milano, 1984
- CARBONELL, Miguel (org.), *Neoconstitucionalismo(s)*, Trotta / UNAM, Madrid, 2003
- *El Principio de Proporcionalidad y la Interpretación Constitucional*, Ministério de Justicia y Derechos Humanos, Quito, 2008
- CHEMERINSKY, Erwin – *Interpreting the Constitution*, Praeger, New York / Westport / London, 1987
- CLÉRICO, Laura – *Die Struktur der Verhältnismässigkeit*, Nomos, Baden-Baden, 2001
- CORREIA, Fernando Alves – *Justiça Constitucional*, Almedina, Coimbra, 2016
- CORREIA, José Manuel Sérvulo – *O Direito de Manifestação – Âmbito de Protecção e Restrições*, Almedina, Coimbra, 2006
- *Direitos Fundamentais – Sumários* (policopiado), AAFDL, Lisboa, 2002
- CORREIA, Maria Lúcia Amaral Pinto – *A Forma da República – Uma Introdução ao Direito Constitucional*, Coimbra Editora, Coimbra, 2012
- *Responsabilidade do Estado e Dever de Indemnizar do Legislador*, Coimbra Editora, Coimbra, 1998
- COSTA, José Manuel Cardoso da – *A Jurisdição Constitucional em Portugal*, 3.ª ed., Almedina, Coimbra, 2007
- COUTINHO, Luís Pereira – *A Autoridade Moral da Constituição – Da Fundamentação da Validade do Direito Constitucional*, Coimbra Editora, Coimbra, 2009
- *O Estado como Representação: do Momento Hobbesiano aos Problemas Contemporâneos*; AAFDL, Lisboa, 2020
 - *Teoria Dos Regimes Políticos - Lições De Ciência Política*, AAFDL, Lisboa, 2020



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- CRUZ VILLALÓN, Pedro – *La Formación del Sistema Europeo de Control de Constitucionalidad (1918-1939)*, CEC, Madrid, 1984
- DAHL, Robert – *Democracy and its Critics*, YUP, New Haven, 1989
- DÍAZ REVORIO, Francisco Javier – *Las Sentencias Interpretativas del Tribunal Constitucional*, Lex Nova, Madrid, 2001
- DUARTE, David / SAMPALHO, Jorge Silva – *Proportionality in Law. An Analytical Perspective*, Springer, Cham, 2018
- DWORKIN, Ronald – *Justice for Hedgehogs*, HUP, Cambridge, 2011
- *Law's Empire*, HUP, Cambridge, 1986
 - “Rights as Trumps”, in JEREMY WALDRON (org.), *Theories of Rights*, OUP, Oxford, 1984
 - *Taking Rights Seriously*, Duckworth, London, 1977
- ELY, John – *Democracy and Distrust: A Theory of Judicial Review*, HUP, Cambridge, 1980
- ESPADA, João Carlos – *A Tradição Anglo-Americana da Liberdade – Um Olhar Europeu*, Principia, Cascais, 2008
- FAVOREU, Louis – “La Legitimé du Juge Constitutionnel”, in *Revue Internationale de Droit Comparé*, 46, n.º 2, 1994
- FERNÁNDEZ SÁNCHEZ – *Lei e Sentença: Separação dos Poderes Legislativo e Judicial na Constituição Portuguesa*, 2 vols., AAFDL, Lisboa, 2017
- *Os Poderes Presidenciais sobre a Formação e a Subsistência do Governo*, Petrony, Lisboa, 2018
- FIORAVANTI, Maurizio – *Derechos Fundamentales – Apuntes de Historia de las Constituciones*, 7.ª ed., Trotta, Madrid, 2016
- GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo – *La Constitución como Norma y el Tribunal Constitucional*, Civitas, Madrid, 1982
- GARCIA, Maria da Glória Ferreira Pinto Dias – *Da Justiça Administrativa em Portugal: Sua Origem e Evolução*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 1994
- “Princípio da Igualdade: Fórmula Vazia ou Fórmula «Carregada» de Sentido?”, in *Boletim do Ministério da Justiça*, 358, 1986, também reproduzido in *Estudos sobre o Princípio da Igualdade*, Almedina, Coimbra, 2005
- GÓMEZ PUENTE, Marcos – *La Inactividad del Legislador: Una Realidad Susceptible de Control*, McGraw Hill, Madrid, 1997
- GOUVEIA, Jorge Bacelar – *O Estado de Excepção no Direito Constitucional: Entre a Eficiência e a Normatividade das Estruturas de Defesa Extraordinária da Constituição*, 2 vols., Almedina, Coimbra, 1998
- *Manual de Direito Constitucional*, 2 vols., 6.ª ed., Almedina, Coimbra, 2016
- GWYN, William B. – *The Meaning of the Separation of Powers: An Analysis of the Doctrine from its Origin to the Adoption of the United States Constitution*, Tulane University, New Orleans, 1965
- HÄBERLE, Peter – *El Estado Constitucional*, Astrea, Buenos Aires, 2007
- *La Garantía del Contenido Esencial de los Derechos Fundamentales en la Ley Fundamental de Bonn (Una Contribución a la Concepción Institucional de los Derechos Fundamentales y a la Teoría de la Reserva de Ley)*, Dykinson, Madrid, 2000
 - La Jurisdicción Constitucional en la Fase Actual de Desarrollo del Estado Constitucional”, in *Teoría y Realidad Constitucional*, 14, 2004
- HAMILTON, A. / MADISON, J. / JAY, J. – *The Federalist on the New Constitution, Written in 1788, by Mr. Hamilton, Mr. Madison and Mr. Jay*, ed. Glazier, Masters & Smith, Hallowell, 1842
- HART, Herbert – *O Conceito de Direito*, trad. de A. Ribeiro Mendes, 5.ª ed., Gulbenkian, Lisboa, 2007
- HAYEK, Friedrich A. Von – *The Constitution of Liberty*, UChP, Chicago, 2011 (reed. da ed. de 1960)
- HESSE, Konrad – *Escritos de Derecho Constitucional*, 2.ª ed., CEC, Madrid, 1992
- *Grundzüge des Verfassungsrechts der Bundesrepublik Deutschland*, 20.ª ed., C. F. Müller, Heidelberg, 1995
- HOMEM *et al.*, A. P. Barbas (coord.) – *O Perfil do Juiz na Tradição Ocidental – Seminário Internacional*, Almedina, Coimbra, 2009
- KELSEN, Hans – “La Garantie Juridictionnelle de la Constitution”, in *Revue du Droit Public et de la Science Politique en France et à l'Étranger*, 1928
- *A Justiça e o Direito Natural*, trad. de J. Baptista Machado, Almedina, Coimbra, 2001
 - *Pure Theory of Law*, trad. de Max Knight a partir da 2.ª ed. alemã, revista e aumentada, University of California Press, Berkeley / Los Angeles / London, 1967
 - *Teoria Geral do Direito e do Estado*, trad. de Luis Carlos Borges, Martins Fontes, São Paulo, 1990
- KLATT, Matthias / MEISTER, Moritz – *The Constitutional Structure of Proportionality*, OUP, Oxford, 2012.
- LOPES, Pedro Moniz – *Derrotabilidade Normativa e Normas Administrativas*, 2 vols., AAFDL, Lisboa, 2019
- LOPES, Pedro Moniz (org.) – *O Pensamento de Hans Kelsen: Influências, Contexto e Actualidade*, AAFDL, Lisboa, 2020
- MACHADO, J. Baptista – *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador*, Almedina, Coimbra, 1989
- MACHADO, Jónatas – *Liberdade Religiosa numa Comunidade Constitucional Inclusiva – Dos Direitos da Verdade aos Direitos dos Cidadãos*, Coimbra Editora, Coimbra, 1996
- MAZZAROLLI, Ludovico A. – *Il Giudice delle Leggi tra Predeterminazione Costituzionale e Creatività*, CEDAM, Padova, 2000
- MEDEIROS, Rui – *A Constituição Portuguesa num Contexto Global*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2015
- *Constitucionalismo de Matriz Lusófona*, Verbo, Lisboa, 2011



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- *A Decisão de Inconstitucionalidade – Os Autores, o Conteúdo e os Efeitos da Decisão de Inconstitucionalidade da Lei*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 1999
- MENDES, Gilmar Ferreira – “O Apelo ao Legislador (*Apellentscheidung*) na Praxis da Corte Constitucional Federal Alemã”, in *RFDUL*, 33, 1992
- MIRANDA, Jorge – *Actos Legislativos*, Almedina, Coimbra, 2019
 - *Direitos Fundamentais*, 3.ª ed., Almedina, Coimbra, 2020
 - *Escritos Vários sobre Direitos Fundamentais*, Principia, Lisboa, 2006
 - *Fiscalização da Constitucionalidade*, Almedina, Coimbra, 2017
 - *Manual de Direito Constitucional*, Coimbra Editora, Coimbra, Tomo I, 10.ª ed. (2 vols.), 2014; Tomo III, 6.ª ed., 2010; Tomo VII, 1.ª ed., 2007,
 - *Teoria da Constituição*, Almedina, Coimbra, 2020
- MIRANDA, Jorge / MEDEIROS, Rui (org.) – *Constituição Portuguesa Anotada*, 2.ª ed., 3 vols., Universidade Católica Editora, Lisboa, 2017-2020
- MONCADA, Luís S. Cabral de – *Ensaio sobre a Lei*, Coimbra Editora, Coimbra, 2002
 - *Lei e Regulamento*, Coimbra Editora, Coimbra, 2002
- MORAIS, Carlos Blanco de – *Curso de Direito Constitucional*, Vol. I, 3.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2015; Vol. II, 2.ª ed., Almedina, Coimbra, 2018
 - “Os Direitos, Liberdades e Garantias na Jurisprudência Constitucional Portuguesa: Um Apontamento”, in *O Direito*, 132, n.ºs 2-4, 2000
 - *Justiça Constitucional*, 2.ª ed., 2 vols., Coimbra Editora, Coimbra, 2006-2011
 - *As Leis Reforçadas: As Leis Reforçadas pelo Procedimento no Âmbito dos Critérios Estruturantes das Relações entre Actos Legislativos*, Coimbra Editora, Coimbra, 1998
 - *O Sistema Político*, Almedina, Coimbra, 2018
- MORAIS, Carlos Blanco (coord.) – *As Sentenças Intermédias da Justiça Constitucional. Estudos Luso-Brasileiros de Direito Público*, AAFDL, Lisboa, 2009
- MÜLLER, Friedrich – *Die Positivität der Grundrechte*, 2.ª ed., Duncker & Humblot, Berlin, 1990
- NEVES, A. Castanheira – *O Instituto dos «Assentos» e a Função Jurídica dos Supremos Tribunais*, Coimbra Editora, Coimbra, 1983
 - *Metodologia Jurídica – Problemas Fundamentais*, Coimbra Editora, Coimbra, 1993
- NOVAIS, Jorge Reis – *Contributo para uma Teoria do Estado de Direito*, 2.ª ed., Almedina, Coimbra, 2013
 - *A Dignidade da Pessoa Humana*, Vols. I e II, 2.ª ed., Almedina, Coimbra, 2018
 - *Em Defesa do Tribunal Constitucional: Resposta aos Críticos*, Almedina, Coimbra, 2014
 - *Direitos Fundamentais e Justiça Constitucional*, AAFDL, Lisboa, 2019
 - *Direitos Fundamentais nas Relações entre Particulares: do Dever de Protecção à Proibição do Défice*, Almedina, Coimbra, 2018
 - *Direitos Sociais – Teoria Jurídica dos Direitos Sociais enquanto Direitos Fundamentais*, 2.ª ed., AAFDL, Lisboa, 2017
 - *Princípios Estruturantes de Estado de Direito*, Almedina, Coimbra, 2019
 - *As Restrições aos Direitos Fundamentais Não Expressamente Autorizadas pela Constituição*, 2.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2010
 - *Separação de Poderes e Limites da Competência Legislativa da Assembleia da República*, Lex, Lisboa, 1997
 - *Sistema Português de Fiscalização da Constitucionalidade: Avaliação Crítica*, 2.ª ed., AAFDL, Lisboa, 2019
 - *Teoria das Formas Políticas e dos Sistemas de Governo*, 2.ª ed., AAFDL, Lisboa, 2019
- NOVAIS, Jorge R. / FREITAS, Tiago F. (org.) – *A Dignidade da Pessoa Humana na Justiça Constitucional*, Almedina, Coimbra, 2018
- OTERO, Paulo – “Declaração Universal dos Direitos do Homem e Constituição: A Inconstitucionalidade de Normas Constitucionais?” in *O Direito*, 122, III-IV, 1990
 - *A Democracia Totalitária. Do Estado Totalitário à Sociedade Totalitária. A Influência do Totalitarismo na Democracia do Século XXI*, Principia, Cascais, 2000
 - *Direito Constitucional Português*, 2 vols., Almedina, Coimbra, 2010
 - *Direito da Vida – Relatório sobre o Programa, Conteúdos e Métodos de Ensino*, Almedina, Coimbra, 2004
 - *Instituições Políticas e Constitucionais*, I, Almedina, Coimbra, 2007
 - *Legalidade e Administração Pública: o Sentido da Vinculação Administrativa à Juridicidade*, Almedina, Coimbra, 2003
- OTERO, Paulo (coord.) – *Comentário à Constituição Portuguesa, II – Organização Económica (Artigos 80.º a 107.º); III/1 – Princípios Gerais da Organização do Poder Político (Artigos 108.º a 119.º)*, Almedina, Coimbra, 2008



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- PICARDI, Nicola, “Le Sentenze «Integrative» della Corte Costituzionale”, in *Scritti in Onore di Costantino Mortati*, Giuffrè, Milano, IV, 1977.
- PIÇARRA, Nuno – “A Reserva de Administração”, in *O Direito*, Ano 122.º III-IV, 1990
- “A Separação de Poderes na Constituição de 76. Alguns Aspectos”, in *Nos Dez Anos da Constituição*, INCM, Lisboa, 1987
 - *A Separação de Poderes como Doutrina e Princípio Constitucional. Um Contributo para o Estudo das suas Origens e Evolução*, Coimbra Editora, Coimbra, 1989
- PINTO, Paulo Mota – *O Direito ao Livre Desenvolvimento da Personalidade*, Coimbra Editora, Coimbra, 2000
- *Direitos de Personalidade e Direitos Fundamentais*, Gestlegal, Lisboa, 2018
- PUGIOTTO, Andrea, “Dottrina del Diritto Vivente e Ridefinizione delle Sentenze Addittive”, in *Giurisprudenza Costituzionale*, XXXVII, n.º 5, 1992.
- QUARESMA, Regina (ed.) – *Neoconstitucionalismo*, Forense, Rio de Janeiro, 2009
- QUEIROZ, Cristina – *Direitos Fundamentais Sociais*, 2.ª ed., Petrony, Lisboa, 2020
- RANGEL, Paulo Castro – *Repensar o Poder Judicial – Fundamentos e Fragmentos*, Publicações Universidade Católica, Porto, 2001
- *Reserva de Jurisdição. Sentido Dogmático e Sentido Jurisdiccional*, Universidade Católica Editora, Porto, 1997
- RAZ, Joseph – “Legal Principles and the Limits of Law”, in *The Yale Law Journal*, 81, 1972
- REGO, Carlos Lopes do – *Os Recursos de Fiscalização Concreta na Lei e na Jurisprudência do Tribunal Constitucional*, Almedina, Coimbra, 2010
- RIBEIRO, Gonçalo Almeida / COUTINHO, Luís Pereira (org.) – *O Tribunal Constitucional e a Crise – Ensaio Críticos*, Almedina, Coimbra, 2014
- RUBIO LORENTE, Francisco – “La Jurisdicción Constitucional como Forma de Creación del Derecho”, in *Revista Española de Derecho Constitucional*, 22, 1988
- SCHLINK, Bernhard – “Der Grundsatz der Verhältnismässigkeit”, in PETER BADURA / HORST DREIER (Hrsg.), *Festschrift 50 Jahre Bundesverfassungsgericht*, Vol. II, Mohr Siebeck, Tübingen, 2001
- SCHMITT, Carl – *La Defensa de la Constitución*, Tecnos, Madrid, 1984
- *Legality and Legitimacy*, trad. de Jeffrey Seitzer, ed. DUP, Durham, 2004
 - *Teoría de la Constitución*, 2.ª ed., Alianza Editorial, Madrid, 1996
- SIECKMANN, Jan-Reinard – “Sobre la Fundamentación de Juicios Ponderativos”, in *El Modelo de los Principios*, Universidad Externado de Colombia, Bogotá, 2006
- *Modelle des Eigentumsschutzes: Eine Untersuchung zur Eigentumsgarantie des Art. 14 GG*, Nomos, Baden-Baden, 1998
- SILVA, JORGE PEREIRA – *Dever de Legislar e Protecção Jurisdiccional contra Omissões Legislativas – Contributo para uma Teoria da Inconstitucionalidade por Omissão*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2003
- *Deveres do Estado de Protecção de Direitos Fundamentais*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2015
 - *Direitos Fundamentais: Teoria Geral*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2018
- SILVA, Vasco Pereira da – “A Cultura a que Tenho Direito” – *Direitos Fundamentais e Cultura*, Almedina, Coimbra, 2007
- SILVESTRI, Gaetano – “Le Sentenze Normative della Corte Costituzionale”, in *Scritti Vezio Crisafulli*, I, CEDAM, Padova, 1985
- *La Separazione dei Poteri*, Giuffrè, Milano, 1984
- SOUSA, Marcelo Rebelo de – *Direito Constitucional*, I, Livraria Cruz, Braga, 1979
- *O Valor Jurídico do Acto Inconstitucional*, s.n, Lisboa, 1988
- STARCK, Christian – *Jurisdicción Constitucional y Derechos Fundamentales*, Dykinson, Madrid, 2011
- TROPER, Michel – *La Séparation de Pouvoirs et l’Histoire Constitutionnelle Française*, 2.ª ed., L.G.D.J., Paris, 1980
- TUSHNET, Mark – *Taking the Constitution Away from the Courts*, PUP, Princeton, 1999
- *Weak Courts, Strong Rights: Judicial Review and Social Welfare Rights in Comparative Constitutional Law*, PUP, Princeton / New York, 2008
- URBANO, Maria Benedita – *Curso de Justiça Constitucional*, 2.ª ed., Almedina, Coimbra, 2020
- URBINA, Francisco – *A Critique of Proportionality and Balancing*, CUP, Cambridge, 2017
- VAZ, Manuel Afonso – *Lei e Reserva de Lei – A Causa da Lei na Constituição Portuguesa de 1976*, 2.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2013
- *Teoria da Constituição – O que é a Constituição, Hoje?*, Coimbra Editora, Coimbra, 2012
- VAZ et al., Manuel Afonso – *Direito Constitucional – O Sistema Constitucional Português*, 2.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2015
- VILE, Maurice – *Constitutionalism and the Separation of Powers*, Liberty Fund, Indianapolis, 1998 (reed. da ed. Clarendon Press, Oxford, 1967)
- WALDRON, Jeremy – “The Core of the Case Against Judicial Review”, in *The Yale Law Journal*, 115, 2006



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- *Law and Disagreement*, OUP, Oxford, 1999
 - "A Right Based Critique of Constitutional Rights", in *Oxford Journal of Legal Studies*, 13, n.º 1, 1993
- WALDRON, Jeremy (org.) - *Theories of Rights*, OUP, Oxford, 1984
- ZAGREBELSKY, Gustavo - *La Giustizia Costituzionale*, Il Mulino, Milano, 1988
- ZORRILLA, David Martinez - *Conflictos Constitucionales, Ponderación e Indeterminación Normativa*, Marcial Pons, Madrid, 2007